

編號：第 11/2013 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2015 年 6 月 11 日

主要法律問題：

- 審查證據方面存有明顯錯誤
- 國際交通公約
- 罰金代刑

## 摘 要

1. 上訴人在不到 2 年的時間內兩次無牌駕駛，且上訴人已就前次的違例行為繳納罰款，顯示上訴人清楚知道其所持的駕駛執照不被本澳權限當局視為有效駕駛執照，仍然再次做出違法行為，其行為已構成《道路交通法》第 95 條第 2 款所指的累犯。

2. 上訴人非為澳門居民，亦不持有《道路交通規章》第 80 條第 1 款七項非本地區駕駛執照，因此，其在澳門駕駛屬於不具駕駛執照的違例行為。

3. 考慮到本案的具體情況和澳門社會所面對的現實問題，尤其是對上訴人所犯違例進行特別預防及一般預防的需要，本案對上訴人科處徒刑才可實現處罰的目的，有關刑罰亦不應以罰金代替。

裁判書製作人

---

譚曉華

# 合議庭裁判書

編號：第 11/2013 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2015 年 6 月 11 日

## 一、案情敘述

於 2012 年 11 月 20 日，上訴人 A 在初級法院刑事法庭第 CR4-12-0577-PCT 號卷宗內被裁定觸犯一項《道路交通法》第 79 條第 1 款及第 95 條第 2 款所規定及處罰的「輕微違反」(因其不具備駕駛資格下駕駛)，被判處兩個月徒刑，暫緩一年執行。

上訴人不服，向本院提起上訴，並提出了以下的上訴理由。<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>其結論葡文內容如下：

1. O ora recorrente foi julgado e condenado a dois meses de prisão, suspensa na sua execução pelo período de um ano, pela prática da contravenção consubstanciada na violação da obrigação imposta pelo art.º 79.º, n.º 1 da Lei n.º 3/2007, Lei do Trânsito Rodoviário (LTR)
2. Considerou a dita decisão recorrida que o facto de o arguido ter sido condenado anteriormente (CR1-12-0154-PSM) pela prática da condução sob o efeito do álcool, impedia, por razões de prevenção geral e especial, a substituição da pena de prisão por pena de multa. Todavia,
3. Embora ambos os tipos de crime imputados ao recorrente protejam o mesmo bem jurídico - a segurança do trânsito rodoviário, - certo é nenhuma relação têm em termos de tipicidade.
4. Não se trata, portanto, de reincidência, nem as normas penais a respeito da reincidência são aplicáveis às contravenções (art.º 127.º do Código Penal).
5. Ademais, o arguido estava na convicção de que podia conduzir, em Macau, legalmente,

- 
- munido dos documentos cujos originais exibiu em sede de audiência de julgamento, e que constam, por cópia, nos autos - e ora vão juntos como docs. n.ºs. 1 e 2.
6. Não sendo reincidente e inexistindo dolo ou negligência deveria, portanto, ser absolvido da contravenção respectiva, por força do princípio «mula poena sine culpa»
  7. Efectivamente, o seu Estado de origem é parte signatária da Convenção sobre trânsito rodoviário, assinada em Genebra, em 19 de Setembro de 1949.
  8. O Decreto n.º 39904, publicado no Boletim Oficial n.º37, de 13 de Setembro de 1958, aprovou para adesão, a Convenção sobre trânsito rodoviário, e seus anexos, e o Protocolo relativo aos países ou territórios actualmente ocupados, elaborados pela Conferência das Nações Unidas sobre os transportes rodoviários e os transportes automóveis, realizada em Genebra de 23 de Agosto a 19 de Setembro de 1949.
  9. A Convenção sobre trânsito rodoviário foi estendida a Macau conforme o Aviso n.º 192/99, publicado no Boletim Oficial n.º 50, de 13 de Dezembro de 1999, em vigor, o qual tornou público que, por nota de 7 de Outubro de 1999, o Secretário-Geral das Nações Unidas, na sua qualidade de depositário da Convenção sobre o Trânsito Rodoviário, comunicou ter o Governo de Portugal notificado, em 24 de Setembro de 1999, que a referida Convenção é aplicável ao território de Macau.
  10. A aludida Convenção continua em vigor em Macau, após o estabelecimento da RAEM, nos termos do Aviso do Chefe do Executivo n.º 72/2001, de 12 de Dezembro.
  11. Nos termos do n.º 1 do art.º 24.º da citada Convenção «Cada Estado Contratante autorizará os condutores que entrem no seu território ,( ... ) a conduzir sem novo exame, nas suas estradas. Veículos automóveis ( ... )>>.
  12. Não sendo o arguido residente de Macau (não estando, portanto, sujeito à obrigação de troca da carta de condução, conforme excepção prevista no n.º 1 do art.º 73.º do Regulamento do Trânsito Rodoviário (Decreto Lei n.º17/93/M, de 28 de Abril),) conclui-se que os documentos exibidos pelo arguido o habilitam a conduzir no território da RAEM.
  13. Termos em que a decisão recorrida errou nos pressupostos de facto e de direito aplicáveis, incorrendo em erro notório na apreciação da prova (al, c) do n.º 2 do art.º 400.º do Código de Processo Penal) - e erro de julgamento sobre a matéria de facto, ao que acresce o erro de Direito, porquanto o aresto recorrido considera estarem reunidos factos integrantes do tipo incriminador previsto no art.º 79.º, n.º 1 da Lei n.º 3/2007, Lei do Trânsito Rodoviário, ou, melhor, do n.º 1 do art.º 95.º («Quem conduzir veiculo a motor ou máquina industrial na via pública sem estar habilitado para o efeito é punido com pena de multa de 5 000,00 a 25 000,00 patacas»), violando todas as normas e diplomas supra nomeados.
  14. Por mera cautela de patrocínio, sempre se dirá que, a não proceder o entendimento exposto, não deverá em qualquer circunstância ser o recorrente condenado em pena de prisão, impondo-se a sua substituição por multa nos termos e por força do disposto no art.º 44.º do Código Penal. Pois,
  15. O cometimento de crime anterior, sem mais, - motivo que levou o Tribunal a quo a condenar o arguido em pena de prisão, - não é fundamento suficiente para concluir que a multa não cumpre com as preocupações de prevenção geral e ou especial. Acresce que,
  16. A condenação em pena de prisão implicará para o recorrente consequências negativas ao nível do seu estatuto de trabalhador não residente, - com revogação da autorização de -permanência e interdição de entrada, - o que configuraria uma autêntica sanção acrescida, com manifesta violação, no limite, do princípio «non bis in idem».

Nestes termos e nos mais de Direito que V. Ex<sup>as</sup>. doutamente suprirão, deve proceder o presente recurso e, consequentemente, ser revogada a decisão recorrida, que condenou o recorrente a dois meses de

檢察院對上訴作出了答覆，並提出下列理據（結論部分）：

1. 本案例中，違例者 A 被裁定觸犯了《道路交通法》第 79 條第 1 款及第 95 條第 2 款所規定及處罰的 1 項輕微違反，判處 2 個月徒刑，暫緩 1 年執行。
2. 上訴人(即違例者)不服原審法院的判決，指原審法院的判決存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款 c 項所指的瑕疵，在審查證據方面存有明顯錯誤，上訴人並不存在主觀犯意，其行為亦不構成累犯，且上訴人所持有的駕駛執照可在澳門駕駛，請求開釋上訴人，即使不如此認為，上訴人聲稱原審法院量刑過高，應以罰金代替徒刑。
3. 首先，上訴人在其上訴詞中指稱是次雖屬醉酒駕駛，但就無牌駕駛部分，並不屬累犯，且根據《道路交通公約》，上訴人持尼日利亞護照，不屬澳門居民，無須將所持有的他國駕駛執照在澳換領為者發出的駕駛執照，而上訴人亦一直堅信其本身的駕駛執照可在澳駕駛，因此原審法院的判決在審查證據方面存有明顯錯誤。
4. 分析卷宗的資料，檢察院認為上訴人所指的理由明顯不能成立。
5. 本案例中，上訴人被判處觸犯了《道路交通法》第 79 條第 1 款及第 95 條第 2 款所規定及處罰的 1 項輕微違反。

---

prisão, suspensa por um ano, substituindo-a por outra que absolva o arguido da comissão da contravenção respectiva.

Subsidiariamente, e por cautela de patrocínio, requer-se que, em caso de condenação, seja a mesma substituída por multa, nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 44.º do Código Penal,

Assim fazendo V. Ex<sup>as</sup>. a costumada JUSTIÇA!

6. 該等條文規定，依法具備駕駛機動車輛資格者，方可按補充法規的規定在公共道路上駕駛機動車輛。不具備所需駕駛資格而在公共道路上駕駛機動車輛或工業機械車者，科處罰金澳門幣 5,000 元至 25,000 元；累犯者，科處最高六個月徒刑或罰金澳門幣 10,000 元至 50,000 元。所謂累犯，指的是自對上一次輕微違反實施日起計兩年內，如違法者已就該次輕微違反自願繳付罰金或有關處罰判決轉為確定，再次實施同一輕微違反者。
7. 由治安警察局交通廳提供的違例列表(卷宗第 3 頁)顯示，上訴人曾在 2011 年 4 月 9 日駕駛同一車輛在澳門宋玉生廣場被警方截獲，上訴人同樣被控無牌駕駛，並已繳納罰款 MOP\$5,000。
8. 是次輕微違反行為發生在 2012 年 8 月 21 日，上訴人再次駕駛該輛汽車被截，是次再是醉酒駕駛，就此部分，CR1-12-0154-PSM 卷宗中已做出了確定判決。
9. 上訴人在不到 2 年的時間內兩次無牌駕駛，且上訴人已就前次的違例行為繳納罰款，顯示上訴人清楚知道其所持的駕駛執照不被本澳權限當局視為有效駕駛執照，仍然再次做出違法行為，其行為已構成《道路交通法》第 95 條第 2 款所指的累犯，根本不存在上訴人所指欠缺違例行為的主觀要素或不屬累犯的情況，原審法院在認定上訴人觸犯一項《道路交通法》第 95 條第 2 款所規定及處罰的輕微違反時並沒有欠缺任何主觀及客觀要件。
10. 至於上訴人指根據《道路交通公約》，上訴人非本澳居民，無須換領澳門駕駛執照，亦屬無稽之談。

11. 的確，經行政長官第 72/2001 號批示，《道路交通公約》在回歸後繼續在本澳生效，合約國公民在其他合約國內駕駛無須另行考試，但這並不意味著合約成員國的駕駛執照在他國自動生效。
12. 澳門《道路交通規章》第 73 條第 1 款明確規定，《道路交通公約》加入方發給澳門特別行政區居民之駕駛執照、因互惠制度而容許持駕駛執照之澳門特別行政區居民在其境內駕駛之國家或地區發給澳門特別行政區居民之駕駛執照，又或澳門特別行政區居民在外地獲發之駕駛執照(國際駕駛執照除外)，其持有人如符合相關規定，可自定居澳門特別行政區之日或取得上述駕駛執照後首次進入澳門特別行政區之日起計一年內，免試換領由民政總署發出之駕駛執照。
13. 《道路交通規章》第 79 條及第 80 條規定可見，如屬澳門居民在外地取得的非澳門駕駛執照，必須通過《道路交通規章》第 73 條第 1 款規定的免試換領手續，取得有效的本地駕駛執照，否則，只有持有《道路交通規章》第 80 條第 1 款所羅列的七項非本地區駕駛執照或准照的人士方可被認定為亦具備駕駛相應類型機動車輛的資格。
14. 本案上訴人顯然非澳門居民，亦不持有《道路交通規章》第 80 條第 1 款七項非本地區駕駛執照，因此，其在澳門駕駛屬於不具駕駛執照的違例行為。
15. 最後，上訴人指責原審法庭量刑過重，違反量刑原則，應處以罰金。
16. 《道路交通法》第 95 條第 2 款所規定及處罰的 1 項輕微違

反，最高可處六個月徒刑或罰金澳門幣 10,000 元至 50,000 元。

17. 上訴人屬累犯，且在今次無牌駕駛時酗酒。
18. 上訴人沒有出席庭審，其辯護人斷然否認上訴人的違例行為。
19. 正如原審法庭所言，上訴人從前次的輕微違反行為中已明確了解到其駕駛執照在澳並不被視為有關駕駛文件，且上訴人已繳納最低罰金，但上訴人仍做出是次醉酒無牌駕駛行為，且狡辯稱以為尼日利亞的駕駛執照可在澳門駕駛，惡性頗大，僅處以罰金刑已明顯不能達至刑罰的目的。
20. 故此，原審法庭的判決無論在適用法律方面，還是事實認定方面，均不具有上訴人所言的瑕疵，相關裁判恰當、公正，上訴人要求開釋或以罰金代替徒刑的理由明顯不成立。

綜上所述，上訴人的所有上訴理由均不能成立，應判處上訴人不得直，維持原審法院的判決。

基於此，懇請尊敬的中級法院法官 閣下，一如既往，作出公正裁判！

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，同意檢察院司法官在其對上訴理由闡述的答覆中所提出的觀點，認為上訴人所提出的上訴理由不成立，上訴應予完全駁回。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

## 二、事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的事實：

1. 2012年8月21日，約06時40分，上訴人A在不具備所需駕駛資格的情況下，在澳門高士德大馬路近燈柱編號95C11駕駛車牌編號MI-XX-XX的輕型汽車。
2. 上訴人是在有意識、自由及自願的情況下作出上述行為。
3. 上訴人明知此等行為是法律所禁止和處罰的。

此外，還查明：

4. 上訴人犯有卷宗第3頁所載相關的交通違例紀錄，在此視為完全轉錄。

未獲證實的事實：沒有。

## 三、法律方面

本上訴涉及下列問題：

- 審查證據方面存有明顯錯誤
- 國際交通公約
- 罰金代刑

1. 上訴人認為是次雖屬醉酒駕駛，但就無牌駕駛部分，並不屬累犯，且根據《道路交通公約》，上訴人持尼日利亞護照，不屬澳門居民，無須將所持有的他國駕駛執照在澳換領為駕駛者發出的駕駛執

照，而上訴人亦一直堅信其本身的駕駛執照可在澳駕駛，因此原審法院的判決在審查證據方面存有明顯錯誤。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定，上訴亦得以審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中認定：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

審查證據方面，原審法院在事實的判斷中作出如下說明：

“對上述事實的認證，本院是在綜合分析了案卷內的資料後作出的。

從嫌犯所提交的文件看來，並不能證明其在本澳具備駕駛的資格，因此，本院認為按照卷宗的其他資料，足以認定其實施了被指控的事實，並判處罪名成立。”

具體分析相關的證據，原審法院審查了案中的文件，並根據自由心證原則對上訴人實施了有關違法事實做出判斷。

在輕微違反行為中，只要求考慮行為人是否因為同一違法行為

而曾經被處罰這一因素便已構成“累犯”。

根據卷宗顯示，上訴人曾在 2011 年 4 月 9 日駕駛同一車輛在澳門宋玉生廣場被警方截獲，上訴人同樣被控無牌駕駛，並已繳納罰款。

本案輕微違反行為發生在 2012 年 8 月 21 日，上訴人再次駕駛該輛汽車被截，是次更是無牌以及醉酒駕駛，而就醉酒駕駛的部分已於 CRI-12-0154-PSM 號卷宗審理。

上訴人在不到 2 年的時間內兩次無牌駕駛，且上訴人已就前次的違例行為繳納罰款，顯示上訴人清楚知道其所持的駕駛執照不被本澳權限當局視為有效駕駛執照，仍然再次做出違法行為，其行為已構成《道路交通安全法》第 95 條第 2 款所指的累犯，根本不存在上訴人所指欠缺違例行為的主觀要素或不屬累犯的情況，原審法院在認定上訴人觸犯一項《道路交通安全法》第 95 條第 2 款所規定及處罰的輕微違反時並沒有欠缺任何主觀及客觀要件。

所以，原審法院以《道路交通安全法》第 95 條第 2 款的規定來對上訴人進行處罰並無任何不妥。

另外，上訴人亦提出其並無故意或疏忽，上訴人認為其本人是在具備駕駛資格的情況下駕駛。

然而，在上訴人提交的文件書證中，由上訴人國家所簽發的國際駕駛執照中，分別列出了屬於簽署了國際交通公約的締約國名單。當中並不包括澳門特別行政區，在葡萄牙旁邊更明示不包括澳門。上訴人在申請這駕照時，是可以亦應該注意其效力適用的範圍，不存在

對其行為不法性存在錯誤的情況。況且，值得再次強調，上訴人在前次(2011年4月9日)違例時已清楚知識其所持有證件並不允許其在澳門駕駛的。

因此，上訴人提出的上訴理由並不成立。

2. 另外，上訴人認為國際交通公約適用於澳門，並且其所屬國亦是該公約的其中一個締約國，所以應視上訴人在本澳具備駕駛資格。

《道路交通法》第 79 條規定：

“一、依法具備駕駛機動車輛資格者，方可按補充法規的規定在公共道路上駕駛機動車輛。

二、證明具備駕駛機動車輛資格的文件稱為駕駛執照。

三、持有效學習駕駛准照的學習駕駛員或應考人，可分別在教練員或考核員的陪同下，於許可學習駕駛或進行駕駛考試的公共道路上駕駛。

四、行車時，駕駛員應攜帶有效駕駛執照或臨時替代駕駛執照的等同文件，又或在上款所指情況下應攜帶有效學習駕駛准照。

五、當駕駛員出示存有其駕駛執照資料的澳門特別行政區居民身份證時，不適用上款的規定。

六、違反第四款規定者，科處罰款澳門幣 300 元。”

《道路交通法》第 80 條規定：

“一、除上條所指文件外，下列文件亦證明具備駕駛相應類型機

動車輛的資格：

(一)澳門特別行政區依國際公約或條約而須認可的國際駕駛執照；

(二)獲國際公約賦予等同上項所指國際駕駛執照效力的外國駕駛執照；

(三)對澳門特別行政區發出的駕駛執照採取互惠待遇的其他國家或地區發出的駕駛執照；

(四)未有對澳門特別行政區發出的駕駛執照採取互惠待遇的內地、其他國家或地區發出的駕駛執照，但其持有人須通過由公佈於《澳門特別行政區公報》的行政長官批示訂定的特別駕駛考試，而通過該項考試的證明文件的式樣及有效期亦由有關行政長官批示訂定；

(五)外交駕駛執照；

(六)特別駕駛執照；

(七)學習駕駛准照，只要在通過駕駛實習考試後由簽發實體延續有效期，並直至由澳門特別行政區駕駛執照替代為止。

二、上款(一)項及(二)項所指執照的持有人，如在澳門特別行政區逗留超過十四日，且擬在此十四日期間之後於澳門特別行政區駕駛，則應前往治安警察局或補充法規指定的其他實體辦理有關登記，但不影響下款的適用。

三、如外國駕駛執照的簽發國家或地區與澳門特別行政區之間有互惠待遇，且相關互惠制度規定免除登記，則第一款(二)項所指執照的持有人可豁免登記。

四、透過補充法規，可訂定第一款(一)項至(三)項所指文件持有人在澳門特別行政區駕駛的期間上限。”

本案例中，上訴人非為澳門居民，亦不持有《道路交通規章》第 80 條第 1 款七項非本地區駕駛執照，因此，其在澳門駕駛屬於不具駕駛執照的違例行為。

上訴人遞交的兩個屬於其本人的國際駕駛執照的文件正面第一版可以發現，當中亦載明了該等駕照的簽發日期及一年的有效期。而本案發生的日期為 2012 年 8 月 21 日，已超有效期(2011 年 4 月 12 日至 2012 年 4 月 12 日)。同時，亦在新一個駕照的簽發日(2012 年 9 月 3 日)之前。所以，上訴人是在第一個國際駕照過期後及第二個國際駕照生效前在本澳駕駛。因此，在這段期間一切的駕駛行為都未得到本澳和國際公約的認可，只可視作不具備駕駛資格。

因此，上訴人的上訴理由亦不成立。

### 3. 上訴人提出原審法院量刑過高，應以罰金代刑。

《刑法典》第 64 條規定：“如對犯罪可選科剝奪自由之刑罰或非剝奪自由之刑罰，則只要非剝奪自由之刑罰可適當及足以實現處罰之目的，法院須先選非剝奪自由之刑罰。”

根據原審法院已確認之事實，於 2012 年 8 月 21 日，上訴人在不具備所需駕駛資格的情況下，在澳門高士德大馬路駕駛輕型汽車。

上訴人所觸犯的具累犯情節的無牌駕駛的輕微違反可被科處最高六個月徒刑或罰金澳門幣 10,000 元至 50,000 元。

在刑罰選擇方面，原審法庭解釋：“根據《澳門刑法典》第 64 條的規定，根據嫌犯的交通違例紀錄，反映出科處非剝奪自由的刑罰，即罰金，已不能實現處罰之目的，故此，本院選科徒刑。”

考慮到本案的具體情況和澳門社會所面對的現實問題，尤其是對上訴人所犯違例進行特別預防及一般預防的需要，本案對上訴人科處徒刑才可實現處罰的目的，有關刑罰亦不應以罰金代替。

因此，上訴人所提出的上述上訴理由亦不成立。

#### 四、決定

綜上所述，合議庭一致裁定上訴人的上訴理由不成立，維持原審判決。

判處上訴人繳付 8 個計算單位之司法費以及上訴的訴訟費用。  
著令通知。

2015 年 6 月 11 日

---

譚曉華 (裁判書製作人)

---

蔡武彬 (第一助審法官)

---

司徒民正 (第二助審法官)